

ÁFRICA: O DESPERTAR DE UM CONTINENTE

Ligia Maria Lario FRUCTUOZO

Sérgio Tibiriçá AMARAL

Resumo: O presente trabalho discorreu sobre a colonização europeia do continente africano. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com livros, legislação, doutrinas e sites específicos da Internet. Fez uso dos métodos dedutivos e indutivos, importantes para uma conclusão sobre o tema pesquisado. Abordou-se como foi seu processo de colonização, feito principalmente pelas grandes potências europeias, que visavam obter matérias-primas e extrair riquezas, como colônias de exploração, procurando expandir seu comércio e poder monetário. Fez breve relato sobre o tráfico de escravos e as trocas feitas entre chefes tribais e colonizadores europeus, onde os escravos das tribos derrotadas eram negociados por produtos manufaturados. A corrida colonial teve como ponto máximo a Conferência de Berlim, onde o continente africano foi dividido de acordo com os interesses europeus, não se respeitando a diversidade étnica e cultural das várias tribos. Com o tempo a elite africana foi se reestruturando e se voltou contra os colonizadores, criando grupos de oposição no chamado movimento nacionalista revolucionário. Após a Segunda Guerra Mundial, os países europeus estavam enfraquecidos e perderam sua influência nas colônias, que com o apoio de outros países foram uma a uma conquistando sua independência, em processos pacíficos ou violentos, que contribuíram muito para os problemáticos e grandes conflitos atuais.

Palavras-chave: África, negro, escravidão, colonização, civilização, movimento nacionalista revolucionário, Conferência de Berlim, descolonização, independência.

1 REFERENCIAL HISTÓRICO

Ruanda é um país localizado no centro-leste da África. Foi inicialmente colonizado pela Alemanha, que com sua derrota na Primeira Guerra Mundial, perdeu o território, que passou para o domínio dos belgas. Por isso, explana-se sobre a chamada “colonização” africana, que será importante para o tema escolhido.

Apesar de a África ser considerado por alguns como o “berço da humanidade”, onde segundo Dorigo e Marone (1990-1991, p. 06-11), surgiram os primeiros hominídeos, conhecidos por *Australopithecus*, há cerca de cinco milhões de anos, tendo o *Homo erectus*, que já usava o fogo e ferramentas, surgido há três

milhões de anos e evoluído na direção do *Homo sapiens*, há aproximadamente 100.00 mil anos.

A África possui também, o Egito, situado às margens do Rio Nilo, uma das civilizações mais antigas do planeta, datada de 5.000 a.C, cuja importância, se comprova pela contribuição para a medicina, através do estudo da anatomia humana, desenvolvido para a prática da mumificação; a representação dos deuses por figuras celestiais, levaram ao estudo da astronomia, ciência útil para a elaboração de um calendário anual, prevendo as cheias do Nilo. Do ponto de vista prático, utilizaram a matemática para a divisão de terras, e a engenharia para construções de canais de irrigação e diques de contenção. Além da sofisticada escrita hieroglífica, e dos monumentos arquitetônicos construídos pela necessidade religiosa de se manter o corpo após a morte, que resultou na em uma das chamadas “Sete Maravilhas do Mundo Antigo”, as Pirâmides (BURNS, 1952, p.130).

Os hieróglifos encontrados no Egito também apresentavam as características de serem veículos da transmissão de notícias e informações daquele período, constituindo uma fase inicial na história da informação (CERAM, 1953, p. 73). Era de uso comum a folha de palmeira, a que se dava o nome de “papiro”. Os egiptólogos registram que no ano de 1750 a.C., durante o reinado do faraó Thoutmés III, existia um jornal oficial, enquanto que durante o reinado de Amarsis, o faraó enfrentou críticas feitas a sua administração através de jornais satíricos (MIRANDA, 1995, p. 37).

Entre as bibliotecas públicas, merece ser citada, como a mais importante a construída em Alexandria. Organizada por Ptolomeu I chegou a ter mais de 500 mil volumes devido às medidas de fomento estabelecidas por Ptolomeu III, entre as quais impôs que todo o livro trazido as terras do reino devia ser entregue para ser copiado (BADENI, 2001, p. 44) ¹. Não havia então diferença entre livros, jornais e outros manuscritos, todos igualmente importantes, mas que todos relatam um marco cultural que não deve ser esquecido.

Desde a antiguidade, esse continente, carregado de história construída ao longo de milênios, foi alvo do domínio e ocupação de vários povos,

¹ Badeni, Gregorio. *Libertad de prensa*, p. 44. O autor cita como muito importante a biblioteca particular de Aristóteles, mas cita também as públicas mais antigas: Efeso, Cartago e Pérgamo, esta última fundada no ano de 196 a. C.

principalmente os da Europa, que chegaram como conquistadores, como dominadores. Impuseram a escravidão e o racismo baseado na “superioridade” branca, com a exploração do homem pelo homem.

Não respeitaram seus modos de vida e pensamentos, que se encontram inseridos dentro de uma diversidade étnica e cultural única em todo o mundo.

A professora Leila Leite Hernandez salienta a forma como os africanos eram vistos pelos europeus e, conseqüentemente a necessidade de “inventar-lhes” uma história:

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra. Assim sendo, o termo *africano* ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente, incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo. (2008, p. 18)

Com efeito, foi essa postura adotada pelos colonizadores que fez com que mais tarde os africanos se descobrissem historicamente, culturalmente e materialmente diferentes dos europeus, não mais permitindo que lhes arrancassem a autonomia, a identidade cultural e suas riquezas, num processo de revolta contra os dominadores que pode ser considerado uma das reviravoltas mais rápidas que a história já conheceu. Todavia, o continente africano, principalmente o Egito foi responsável por uma cultura importante, em especial no tocante a publicações.

1.1 Processo de Colonização da África

Segundo o artigo História da colonização de África (s.d., p. 2), a colonização do continente africano, teve início entre os séculos XIV e XV e se estendeu até o século XX, e foi um processo feito por potências européias, que buscavam a ocupação territorial, matérias-primas através da exploração econômica,

prestígio nacional e domínio político sobre o continente. Além de novos mercados e posteriormente uma solução para os efeitos do crescimento demográfico europeu. O Egito foi dominado pela França juntamente com a Argélia, enquanto que outros países como a Líbia estiveram sobre o “protetorado” italiano. Não se pode esquecer o domínio português em Angola, São Thomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau.

No início do século XV a Europa estava em plena expansão marítima, conhecida como a época das “grandes navegações”. Essas viagens têm por objetivo encontrar rotas alternativas que os levassem às Índias, país rico em especiarias e produtos manufaturados. Conforme o artigo História da África (s.d., p.3), a costa africana era contornada pelos navios europeus e com o tempo foi ocupada, constituindo extensão do comércio daqueles.

No período de Colonização da América, os exploradores europeus trocavam com os chefes das tribos africanas, produtos pouco valiosos na Europa por escravos, exportando milhares de negros para o “novo mundo”. Foi o processo que ficou conhecido como escravidão.

De acordo a visão etnocentrista da Europa, as muitas tribos que existiam na África eram consideradas primitivas, pois viviam em contato direto com a natureza e não possuíam qualquer tipo de tecnologia. Essas tribos possuíam cultura, língua e costumes diversos uma das outras e por isso guerreavam entre si, numa disputa pelo território e poder, de maneira que a tribo derrotada se tornava escrava da tribo vencedora.

Segundo Schilling (2002, p. 1), esses prisioneiros ficavam presos em um tipo de “barracão”, a espera dos chamados navios negreiros, que os transportavam ao longo das rotas transatlânticas como carga humana, para trabalharem forçosamente nas colônias agrícolas da América. Eram negociados entre mercadores europeus e chefes tribais que recebiam pólvora, armas e cavalos para afirmar sua autoridade, além de produtos de pouco valor como aguardente e tabaco. Cada cavalo valia de dez a vinte escravos (HERNANDEZ, 2008, p. 47).

Durante três séculos e meio o continente africano foi sacrificado com a prática da escravidão, possibilitando às potências européias o acúmulo de riquezas e metais preciosos, utilizando os escravos como valor de troca e uso.

Como salienta a professora Leila Leite Hernandez, em mais ou menos quatro séculos, saíram do continente africano entre 10 e 11 milhões de escravos, aproximadamente, sendo que esse mesmo número corresponde às transações internas feitas entre os africanos durante um período de dez séculos (2008, 51). Ou seja, a exploração do “negro – inferior” pelo “homem branco – superior” tomou proporções desumanas, onde “o negro, marcado pela pigmentação da pele, transformado em mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, também é símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior” (HERNANDEZ, 2008, p. 23).

Ainda de acordo com o artigo História da África (s.d., p. 3), no século XVIII, após a independência das colônias americanas e a Revolução Industrial, as grandes potências européias passaram a dominar administrativamente diversas áreas da Ásia e da África procurando expandir o comércio, buscavam matérias-primas e mercado consumidor.

Dessa forma, foi retirada da África uma quantia inestimável de recursos agrícolas e minerais, haja vista ser um dos países mais ricos do mundo nesse setor.

Com a expansão do capitalismo industrial, a partir do século XIX, começa o neocolonialismo no continente africano. As nações industrializadas da Europa e agora também os Estados Unidos e Japão, iniciaram uma “corrida à África”, criando muitas colônias e ocupando quase a totalidade do continente.

Num clima de grande tensão, cheio de rivalidades e desavenças, todas as potências industriais se consideravam com direito a ‘um lugar ao sol’, ou melhor, com direito a mais territórios que as demais, a mais riquezas que as demais, a mais poder. Esse direito elas pensavam ter adquirido com suas forças industriais em expansão. (CANÊDO, 1992, p. 8)

Ainda, segundo Canêdo (1992, p. 9), a mão-de-obra dos colonizados passou a servir agora, as nações colonizadoras, que queriam construir pontes, estradas, ferrovias, portos e canais, que facilitassem o escoamento dos minérios e produtos das plantações até os locais de embarque. Era imposta às colônias a monocultura para facilitar o comércio.

Esse sistema colonial, ao longo dos anos, não permitiu às colônias nenhuma forma de acumulação interna. A riqueza natural deu lugar à erosão e

empobrecimento do solo, que acarretou na subalimentação da população. Sem contar no vazio demográfico causado pelo tráfico negreiro ao longo dos séculos.

A colonização realizou uma segunda forma de economia global. Primeiro, através do tráfico dos negros e da escravatura, a África tinha contribuído para impulsionar a Europa para a industrialização. A colonização foi muito mais curta do que o tráfico de negros, mas foi mais determinante. O colonialismo substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienados, isto é, substituídos por outros, inclusive no nosso passado. Os colonizadores prepararam um assalto á nossa história. O 'pacto colonial' queriam que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para o Norte, para a indústria europeia. A própria África foi aprisionada, dividida, esquartejada, sendo-lhe imposto esse papel: fornecer matérias-primas. (KI-ZERBO, 2006, p. 25)

A exemplo do que ocorreu no Brasil, os europeus que foram para a África não pretendiam se estabelecer nas colônias, mas tinham como único objetivo obter matérias-primas, extrair minérios, explorar riquezas e acumular metais preciosos. Nada permanecia na colônia, tudo ia para a metrópole, que se tornava cada vez mais rica e poderosa perante os outros países (DORIGO e MAROE, 1990-1991, p.90-91)

[...] tentando compreender a importância dessas viagens exploratórias para os países europeus, é útil recordar que elas não só deram continuidade como aceleraram o processo de "roedura" do continente e tornaram acaloradas as discussões sobre a partilha, precipitadas pela forte crise do império otomano e pelo final do trato negreiro. O marco foi a Conferência de Berlim, cujas consequências para a África fazem-se presentes até os dias atuais. (HERNANDEZ, 2008, p. 59)

1.1.1 A partilha da África e a Conferência de Berlim

Quando a África não mais podia fornecer escravos, o interesse das grandes potências passou a ser a sua ocupação territorial, e no plano político, colônias significava prestígio. Havia uma competição imperialista. O primeiro motivo para a partilha foi dado pelo rei da Bélgica, Leopoldo II, que queria fundar um

império ultramarino na região da bacia do Congo, o segundo motivo foi a corrida de Portugal querendo estender seu império de Angola a Moçambique; o terceiro motivo, por sua vez, foi o expansionismo da França e Grã-Bretanha que queriam o controle do Egito; por fim, o quarto motivo foram os interesses a respeito da “livre navegação e do livre comércio nas bacias do Níger e do Congo” (HERNANDEZ, 2008, p. 59-61).

A África foi dividida conforme os interesses das potências industrializadas da Europa e sua partilha se deu no fim do século XIX e começo do século XX. Essa divisão teve seu ponto máximo na Conferência de Berlim, que se deu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 (HERNANDEZ, 2008, p. 62), quando o continente africano foi “amigavelmente” partilhado entre países europeus.

De acordo com Scalzaretto (2001, p. 97-98), participaram da conferência quatorze países da Europa, além dos Estados Unidos e Rússia, que não chegaram a possuir colônias, mas eram potências em ascensão.

Na Conferência de Berlim, como bem lembrado por Canêdo (1992, p. 14-18), diversos assuntos foram tratados, mas o principal foi o de delimitar a expansão das colônias. Regulamentou também a navegação e o comércio nas bacias do Níger e do Congo, dando prioridade aos estabelecimentos do litoral. Ainda, determinou que toda “nova” extensão territorial descoberta, deveria ser notificadas às demais colônias e não seria reconhecida nenhuma anexação se ela não se caracterizasse como uma ocupação efetiva. E somente para não deixa-la para os adversários, muitas vezes foram ocupadas extensas regiões desérticas, como no caso da França no Saara.

Desde então, a África deixou de ser fornecedora de escravos e passou a fornecer amendoim, bauxita, cacau, manganês, ouro e outros tantos metais preciosos, para que indústrias européias progredissem. “E o africano ganhou o privilégio de ser explorado na sua própria terra” (CANÊDO, 1992, p. 14).

Assim, no início do século XX, 90% do território africano já estão sob o domínio da Europa. A Inglaterra se apoderou de territórios na África Ocidental, África Oriental e África do Sul. A França dominou a África do Norte, dividindo-a em África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa. Alemanha conquistou regiões correspondentes aos atuais Camarões, Togo, Ruanda, Burundi, Tanzânia e

Namíbia. Portugal conservou Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Itália conquista Líbia, Eritreia e parte da Somália. E coube a Leopoldo II da Bélgica administrar a região em torno do Rio Congo, que seria uma área neutra conhecida como Estado Livre do Congo.

A carta geopolítica da África estava basicamente pronta, sendo boa parte das fronteiras conservada, no seu conjunto, até os dias atuais. Com isso foram desconsiderados os direitos dos povos africanos e suas especificidades históricas, religiosas e lingüísticas. Em outras palavras, as fronteiras da nova carta geopolítica da África aprovada na Conferência de Berlim, raramente coincidiam com as da África antes dos portugueses. (HERNANDEZ, 2008, p. 64)

A cartografia política africana foi produzida pelas potências européias que traçaram fronteiras sobre espaços étnicos e culturais ainda pouco conhecidos. A partilha da África foi feita de forma arbitrária e desrespeitosa, unindo tribos rivais e separando tribos aliadas. Um mesmo território abrigava várias tribos lingüística e culturalmente diversas enquanto tribos maiores eram divididas. E isso contribuiu imensamente para muitos conflitos e guerras civis que subsistem até hoje.

Essas guerras têm fundamento na disputa pelo poder, disputa pelos recursos naturais e posições territoriais estratégicas. A única preocupação das potências na época da partilha era com o acúmulo de metais preciosos e território, porém, os africanos não aceitaram isso pacificamente e com o tempo passaram a gritar por sua cultura, seu passado, sua história. Os conflitos atuais ainda são reflexos das reações do povo da África, que precisam combater além de tudo à miséria e desigualdades extremas, rastros também deixados pela Europa na época em que tentavam dar aos africanos uma “história”.

1.1.2 A reação dos africanos

Ainda nos ensinamentos de Canêdo (1992, p. 09-10), para obter os recursos e serviços do povo africano, os colonizadores introduziram distinções entre

dominadores (brancos) e dominados (negros) e utilizaram, para tanto, vários pretextos baseados na superioridade da raça branca, incapacidade dos “nativos” de dirigirem e explorarem seus recursos naturais por conta própria e o famoso lema do “fardo do homem branco” que tinha a missão de levar aos povos “de cor”, ignorantes, a cultura social, intelectual, tecnológica e artística do ocidente.

Assim, o homem branco se justificava perante a opinião pública européia, procurando demonstrar que era obrigado a levar a civilização para os povos fracos, feios e pouco inteligentes. Segundo Barbosa (2008, p. 2), foram abertas escolas e instituições para os negros, casas foram construídas e em alguns lugares passaram a ser admitidos para trabalhar na administração pública e no exército. A Igreja Católica Apostólica Romana tinha a missão de difundir o Cristianismo e as universidades difundiram o ensino no modelo ocidental.

De todo modo, o processo de colonização foi sempre marcado pela violência, pelo despropósito e, não raro, pela irracionalidade da dominação. O confisco de terras, as formas compulsórias de trabalho, a cobrança abusiva de impostos e a violência simbólica constitutiva do racismo, feriram o dinamismo histórico dos africanos. (HERNANDEZ, 2008, p. 109)

Indiretamente, foi dessa forma que os colonizados africanos tomaram consciência de tudo que os tornava diferentes dos europeus. Descobriram-se ricos histórica e culturalmente. Porém, tinham um sentimento de vergonha, humilhação e inferioridade em relação aos brancos.

Com o passar do tempo, esse quadro foi se invertendo, afirma Canêdo:

Até um ponto em que a minoria de privilegiados, filhos das camadas dirigentes tradicionais, assim instruídos, começou a se interrogar sobre a ausência de liberdade, a falta de oportunidade de acesso à saúde, à educação, à cultura, ao conforto e à humanização para a maioria da população colonizada. Mais do que tudo, interrogou-se sobre a ausência de oportunidades para os instruídos assumirem as funções administrativas a que julgavam ter direito. (1992, p. 10)

Quando esses pensamentos se concretizaram, o inconformismo do colonizado e a luta por sua afirmação e independência veio à tona. E usando das normas e linguagens do próprio colonizador, assumiram a liderança para transformar

o ressentimento com relação ao estrangeiro e sua superioridade em movimentos de revolta, que eclodiram em grande escala por todo o continente.

Com o passar do tempo estes movimentos se tornaram mais organizados e poderosos, constituindo o movimento nacionalista revolucionário.

Era também a revolta dos colonizados que haviam vivido as mudanças dos seus padrões materiais por meio do trabalho forçado, da proletarização dos seus camponeses e do racismo como prática social. A exploração do homem pelo homem, por meio da expropriação econômica e da destruição da memória coletiva de um passado que deveria ser negado em função dos paradigmas metropolitanos, começou a ser fortemente combatida pelos intelectuais colonizados e cristalizados nos movimentos e nos partidos de libertação nacional. (SARAIVA, 1987, p. 35)

Alguns exemplos de movimentos de resistência são significativos, como o caso da Argélia, que por causa de suas raízes islâmicas, que tinha um sistema santificado, não aceitou a dominação e a política da França. Os países setentrionais, a exemplo da Argélia, tinham forte influência islâmica e por isso lutavam por seu território e pela defesa de suas crenças e fé. É o caso do Sudão, Somália e Egito, onde os movimentos de resistência foram fortes. Outros casos como do Alto Senegal, Costa do Ouro e atual Tanzânia também foram marcados por resistência cultural do povo que não aceitava a legitimidade de seus rituais. Cobranças abusivas de impostos e perda de terras também foram fortes motivos para os movimentos de resistência em países como Serra Leoa, atual Quênia e Niassalândia. O trabalho forçado foi o motivo das revoltas que eclodiram em Uganda, Moçambique e Congo. Em Angola, África do Sul e Namíbia os motivos estavam ligados à economia e cultura dos povos. (HERNANDEZ, 2008, p. 111-125).

O movimento nacionalista passou a fazer parte do cotidiano africano e na década de 40 e 50 se tornou bastante agressivo. A partir da década de 80 ganham ainda mais força, embora a África do Sul mantivesse um regime de segregação racial que durou até 1991 (APARTHEID, s.d., p.1).

1.2 Descolonização Do Continente

Segundo Barbosa (2008, p. 2), após a Segunda Guerra Mundial, as metrópoles coloniais européias se enfraqueceram e perderam sua influência, o domínio econômico e militar sobre suas colônias. Várias importantes batalhas da Segunda Guerra Mundial foram travadas no continente, como Tobruk e El Alamein o que fomentou movimentos nacionalistas (GUERRA, s.d., 1-6).

O século XX possuía um clima intelectual e político diverso e o equilíbrio mundial do poder foi alterado, o que colaborou para o declínio do colonialismo.

Partidos políticos foram constituídos à moda ocidental, reivindicavam um governo que os representassem e contestava os favores feitos às indústrias metropolitanas em detrimento de seus recursos e perda da identidade cultural.

O processo de descolonização foi lento e gradativo, marcados por diferentes formas de libertação, que variava conforme as características próprias de cada colônia. Mas para Barbosa (2008, p. 2), as campanhas, congressos, conferências e propagandas políticas que eram realizadas por líderes africanos, foram decisivos para a descolonização do continente. O negro não mais aceitaria ser explorado, em seu próprio território.

Em 1955 ocorreu a Conferência de Bandung, na Indonésia, “onde países emergentes da Ásia se comprometeram a ajudar a libertação dos povos oprimidos ali representados” (CANÊDO, 1992, P. 34).

A partir dessa data, e principalmente na década de 60, trinta nações africanas conseguiram sua independência e caminhavam para a gênese do que ficou conhecido por “Terceiro Mundo”.

A descolonização do continente africano ocorreu de maneira desigual, algumas colônias conseguiram fazer acordo com suas metrópoles e outras precisaram travar guerras entre os movimentos de independência e os países europeus, que tinham medo de perder seu poder e privilégio. Havia também as lutas

internas, que aconteciam porque as camadas populares africanas tinham pontos de vista diferentes, que se traduziam em choques culturais e religiosos.

De acordo com Saraiva (1987, p. 40-46), três casos clássicos de independência marcados pela violência e pela guerra civil são o Zaire, a Argélia e a África de expressão portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Nos casos particulares de Angola e Moçambique, ocorreu um processo bastante sangrento, sendo a violência uma consequência natural da atuação da ditadura salazarista. Portugal estava pobre e dependente de suas colônias, portanto, se apropriava das riquezas naturais desses países, utilizando as condições locais favoráveis para obterem altíssimos lucros, no processo mais brutal de exploração das populações africanas. Por isso, vários movimentos de libertação nacional ganharam força à partir da década de cinquenta e queriam não só a expulsão do colonizador, como também, visavam reconstruir Angola como país independente.

Na década de sessenta começaram os ataques guerrilheiros e a revolta armada, sendo que a repressão por parte dos colonizadores portugueses foi sempre violenta, e no início da década de setenta, havia cerca de 140 mil homens mobilizados contra os movimentos de libertação nacional. Porém, com a crise que assolava Portugal, em 1975, foi possível a proclamação da independência desses países, depois de quase quinhentos anos de colonização.

A última colônia a conquistar sua dependência foi à Namíbia. O que ocorreu somente em 1990, após quatorze anos de guerrilha quando seu povo conseguiu conquistar a tão sonhada liberdade.

CONCLUSÃO

O que se conclui até o presente momento é que a África é um continente histórico, cultura e naturalmente rico, e desde a antiguidade é alvo da dominação de vários povos, que nunca respeitaram seus povos originários, suas

culturas e seu modo de vida. Fica patente que o processo de colonização foi de total desrespeito aos direitos fundamentais de autodeterminação dos povos.

No entanto, o “homem branco” não respeitou tais particularidades e fomentou as lutas internas com a finalidade de estabelecer a sua dominação. Rivalidades que já existiam, mas foram exploradas pelos colonizadores. Além desse modelo de exploração das riquezas, o europeu utilizou-se da mão de obra escrava mandada para as Américas. Impôs a dominação e exploração, apenas preocupado em acumular riquezas, território e poder frente a outros países.

Com isso, o que sobrou foi uma África pobre, desértica, e fornecedora de matérias-primas. A consequência desse modelo não poderia ser outra, a não ser de miséria e fome, além de criação de senhores da guerra em busca de dominação de grupos menores.

O que sobrou foi doenças e os piores índices de desenvolvimento humano. Sobrou, ainda, conflitos e guerras que matam milhares de pessoas por ano, enquanto a comunidade internacional assiste a tais fatos como se fizessem parte do cenário periódico africano.

BIBLIOGRAFIA

APARTHEID, uma das grandes vergonhas do século XX. Disponível em: <<http://www.unificado.com.br/calendario/06/apar.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BADENI, Gregório. **Libertad de prensa.** 2 ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2001.

BARBOSA, Maria de Lourdes Mattos Dantas. **A Partilha da África e os Processos de Independência.** Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/897779>>. Acesso em: 11 mai. 2009.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1952.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Descolonização da África e da Ásia**: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias, movimentos de libertação. 8 ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CERAM, C. W. Deuses, **Túmulos e Sábios**, 1 ed, São Paulo: Melhoramentos, 1953.

COLONIZAÇÃO da África. **Portal São Francisco**. Disponível em: <<http://www.colegiosaofrancisco.com.php>>. Acesso em: 06 mai. 2009.

DORIGO, Gianpaolo; MARONE, Gilberto Tibério. **História Geral I**. Coleção Anglo. São Paulo: Anglo, 1990-1991.

GUERRA na África do Norte. Disponível em: <<http://adluna.sites.uol.com.br/400/417.htm>> Acesso em: 12 mai. 2009.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HISTÓRIA da África. **Wikipédia A enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_%C3%81frica>. Acesso em: 05 mai. 2009.

HISTÓRIA da colonização de África. **Wikipédia A enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_coloniza%C3%A7%C3%A3o_de_%C3%81frica>. Acesso em: 06 mai. 2009.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein; tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MIRANDA, Darcy Arruda. "**Comentários à Lei de Imprensa**". 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Formação da África Contemporânea**: o renascimento cultural africano, o colonialismo e a formação dos novos estados, impasses e desafios da África. 2 ed. São Paulo: Atual, 1987.

SCALZETTO, Reinaldo. **Geografia Geral Geopolítica**. Coleção Anglo. São Paulo. Anglo, 2001.

SCHILLING, Voltaire. África Negra (colonização, escravidão e independência). **HISTÓRIA por Voltaire Schilling.** Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/index_mundo.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.